

Sumário

Número de notícias: 21 | Número de veículos: 16

CORREIO BRAZILIENSE - DF - ECONOMIA
RECEITA FEDERAL DO BRASIL

Últimos dias para prestar contas ao Leão.....3

FOLHA DE PERNAMBUCO - RECIFE - PE - POLÍTICA
RECEITA FEDERAL DO BRASIL

Bolsonaro descarta tributar aplicativos.....6

CORREIO BRAZILIENSE - DF - POLÍTICA
REFORMA TRIBUTÁRIA

ICMS gera controvérsias no Legislativo.....7

FOLHA DE S. PAULO - SP - MERCADO
REFORMA TRIBUTÁRIA

Congressistas veem janela para liberar cassino após as eleições.....9

O ESTADO DE S. PAULO - ECONOMIA E NEGÓCIOS
REFORMA TRIBUTÁRIA

Populismo à custa dos Estados (Editorial).....11

FOLHA DE PERNAMBUCO - RECIFE - PE - ECONOMIA
SEGURIDADE SOCIAL

O desafio da carga tributária no País.....12

CORREIO BRAZILIENSE - ON LINE - NOTÍCIAS
REFORMA TRIBUTÁRIA

Congresso quer reduzir o impacto do ICMS em combustíveis e na energia.....13

FOLHA DE S. PAULO - SP - OPINIÃO
TRIBUTOS - CONTRIBUIÇÕES E IMPOSTOS

Receita perigosa (Editorial).....15

O ESTADO DE S. PAULO - POLÍTICA
TRIBUTOS - CONTRIBUIÇÕES E IMPOSTOS

Bolsonaro inflou o Centrão - FELIPE MOURA BRASIL.....16

O GLOBO - RJ - CAPA
TRIBUTOS - CONTRIBUIÇÕES E IMPOSTOS

Governadores têm R\$ 320 bilhões em caixa para gastar em ano eleitoral.....17

O GLOBO - RJ - ECONOMIA
TRIBUTOS - CONTRIBUIÇÕES E IMPOSTOS

R\$ 320 bi em caixa.....18

VALOR ECONÔMICO - SP - BRASIL
TRIBUTOS - CONTRIBUIÇÕES E IMPOSTOS

É hora de cortar ICMS para conter preços?.....19

ESTADO DE MINAS - BELO HORIZONTE - MG - ECONOMIA
ECONOMIA

Estratégias para driblar a disparada dos preços.....20

FOLHA DE S. PAULO - SP - POLÍTICA
ECONOMIA

Bolsonaro acha que vai perder - CELSO ROCHA DE BARROS.....22

FOLHA DE S. PAULO - SP - FOLHAINVEST
ECONOMIA

Buscar pechincha em criptomoedas requer cautela, dizem analistas.....23

FOLHA DE S. PAULO - SP - FOLHAINVEST
ECONOMIA

Rendimento da poupança perde para inflação há quase 2 anos 26

O ESTADO DE S. PAULO - NOTAS E INFORMAÇÕES
ECONOMIA

A política como calcanhar de aquiles (Editorial) 28

O ESTADO DE S. PAULO - ECONOMIA E NEGÓCIOS
ECONOMIA

Guerra afeta comércio de alimentos, diz FMI 30

O ESTADO DE S. PAULO - ECONOMIA E NEGÓCIOS
ECONOMIA

"Ameaças prejudicam ações da Petrobras" 31

O GLOBO - RJ - ECONOMIA
ECONOMIA

A cada 30 horas, 1 milhão de pobres e um bilionário 33

VALOR ECONÔMICO - SP - INTERNACIONAL
ECONOMIA

Era de 30 anos de globalização está chegando ao fim, alertam CEOs em Davos 34

Últimos dias para prestar contas ao Leão

Fernanda Strickland

A contagem regressiva para o acerto de contas com o Leão já começou. O prazo para a entrega da declaração do Imposto de Renda Pessoa Física (IRPF) de 2022 está na reta final e faltam nove dias para acabar. De acordo com dados da **Receita Federal**, até a última sexta-feira, 24,3 milhões de declarações foram recebidas. A expectativa do Fisco para este ano é que sejam entregues 34,1 milhões de documentos até 31 de maio. Portanto, 9,8 milhões de pessoas ainda precisam prestar contas ao Leão.

Quem perder o prazo pagará multa mínima de R\$ 165,74 e máxima de 20% do imposto devido. Deixar para a última hora não é uma boa ideia, uma vez que o contribuinte pode incorrer em erros. Toda a atenção é necessária para evitar cair na malha fina, alertam os especialistas ouvidos pelo Correio.

"Pela nossa experiência, vemos que, nos últimos três ou quatro dias do prazo para a entrega da declaração, fica mais difícil fazer a transmissão do documento, o que gera estresse, já que as multas podem chegar a valores elevados. Além disso, no ato da transmissão, podemos descobrir erros ou mudanças cadastrais que podem atrasar ainda mais o processo", destacou o contador Adriano Marrocos, membro do Conselho Federal de Contabilidade (CFC).

Mesmo sabendo dos riscos, muitos contribuintes deixam para a última hora, com a justificativa dos juros altos que vão corrigir as restituições. Mas Marrocos explicou que não vale tanto a pena como parece. "A restituição é atualizada pela taxa Selic. Quem entregou até 30/04 já começou a receber", disse. "Então fica a pergunta: você receberá a restituição atualizada para aplicar agora ou para você a restituição é um investimento?", perguntou. "Se for um investimento, saiba que a Selic é menor que taxas de fundos de investimento. Então, quanto mais rápido receber e aplicar em algo, melhor".

Rafael Ramos, diretor executivo da NTW Contabilidade, ressalta a importância de se organizar os dados corretamente e com antecedência. "O auxílio do profissional da contabilidade é imprescindível nesse processo, pois o mesmo detém todas as informações e expertise para dar ao contribuinte tranquilidade e segurança no envio da declaração", disse.

Ramos ainda destaca a atenção às informações obrigatórias, como o CPF e os dados bancários.

"Deixar de informar alguma delas possibilita o contribuinte entrar na malha fiscal e ser penalizado pelas omissões", pontuou. "Outro cuidado é a data de pagamento do imposto. O prazo final é 31 de maio e, caso o contribuinte não pague, acarretará em juros e multa a partir de junho".

Dúvidas

Neste ano, a Receita estima que, dos mais de 34 milhões de brasileiros que terão de declarar o Imposto, cerca de 1,8 milhão de pessoas prestarão contas pela primeira vez. Esse grupo deverá redobrar a atenção para evitar problemas.

Seja iniciante ou não, o contribuinte que declara o IR costuma ter diversas dúvidas no período da entrega da documentação. Pensando nisso, o Correio preparou um guia para ajudar os contribuintes nessa jornada.

Se você ainda não sabe se deve ou não enviar a declaração este ano, fique atento aos requisitos que tornam obrigatória a entrega da documentação. Devem prestar contas ao Leão aqueles que receberam rendimentos tributáveis acima de R\$ 28.559,70 no ano de 2021, ou cerca de R\$ 2.380 por mês, incluindo salários, aposentadorias, pensões e aluguéis. Já quem recebeu rendimento isento, não tributável ou tributado exclusivamente na fonte acima de R\$ 40 mil (isso inclui o FGTS, seguro-desemprego, doações, heranças e PLR); e quem teve ganho de capital vendendo bens ou direitos estão sujeitos a pagamento do IR.

Além disso, quem realizou operações na Bolsa de Valores, possuía bens ou direitos acima de R\$ 300 mil na data de 31 de dezembro de 2021 ou teve receita de atividade rural acima de R\$ 142.798,50 também deverá entregar a declaração.

É preciso informar tudo o que foi ganho e gasto durante o ano que passou. Isso inclui rendimentos tributáveis recebidos de pessoa jurídica ou de pessoa física; rendimentos isentos e não tributáveis; imóveis; rendimentos de tributação exclusiva; pagamentos efetuados; imposto pago e retido; doações; doações a partidos políticos e candidatos, rendimentos recebidos acumuladamente, bens e direitos, dívidas e ônus; ganhos de capital; atividade rural; renda variável; e espólio.

Novidade

Neste ano, os testes para diagnóstico de covid-19 poderão ser utilizados como deduções na declaração de Imposto de Renda. O economista Ciro de Avelar explica que a medida justifica-se em virtude da busca crescente por exames. Mas nem todos os tipos de exames poderão ser incluídos na prestação de contas. "Os testes realizados em farmácias não poderão ser declarados, mesmo se houver uma nota fiscal", pontua Avelar. Além disso, será possível receber a restituição do IR por meio do PIX, tal como pagar a diferença de **tributos**.

Deduções

No Imposto de Renda, podem ser deduzidos gastos com saúde, educação, dependentes, pensão alimentícia, doações, previdência privada e contribuições ao **INSS**. Em saúde, valem tratamentos hospitalares em geral, incluindo dentários, fisioterapia, cirurgias plásticas, planos de saúde, entre outros. Nos casos de pensão alimentícia, a dedução só é possível se o pagamento tiver sido determinado por decisão judicial.

Investimentos

Os investimentos devem ser declarados na tabela de bens e direitos. De modo geral, é fundamental reportar todo o patrimônio atual, assim como as perdas e os ganhos nas operações de investimento. Cada um dos ativos - caderneta de poupança, ações, fundo de investimento, tesouro direto, renda fixa, fundo imobiliário - tem um código específico para a declaração. Vale lembrar que o valor relatado deve sempre ser o informado pelas instituições financeiras.

"Um ponto que acaba confundindo um pouco as pessoas é quando a gente está falando especificamente da aplicação em ações ou fundos imobiliários, ou seja, ativos que você compra por meio da Bolsa de Valores. Para esse tipo de ativo, além de declarar os seus bens e direitos e os rendimentos que teve, é preciso informar, também, as operações que o contribuinte possui", destaca o sócio-fundador da HOA Asset Management, Carlos Castrucci.

O especialista aconselha: "Declare todos os investimentos sempre, porque, caso você venha a liquidar alguma coisa lá na frente e não tiver informado, pode ter problemas com a Receita. Então, mesmo se estiver com um pouco de dificuldade, vale a pena gastar um tempo. E se você opera renda variável na Bolsa de Valores, é importante que faça a declaração das operações que realizou ao longo dos meses e os resultados. Porque, lá na frente, caso tenha tido prejuízos, vai conseguir, com os lucros futuros que você vai ter nessas operações, abater uma parte do Imposto de Renda".

Rejane Pires, diretora da Pontual Contadores e Auditores Associados, diz que a principal dica para quem vai declarar investimentos é ter todos os informes das fontes pagadoras. "Às vezes, a pessoa faz puxando pela memória e esquece algum valor, especialmente porque hoje é muito comum operar em várias corretoras. Então, pegue os informes de todas (as fontes pagadoras)."

Imóveis

Devem entregar a declaração aquelas pessoas que têm propriedades com valor superior a R\$ 300 mil, assim como quem possui imóvel de qualquer valor e teve rendimento a partir de R\$ 28.559,70 no ano. No caso dos imóveis, o registro é pelo custo de aquisição, e não pelo valor atualizado.

Quando o imóvel é financiado, é preciso informar a quantia paga até o momento, não o total. O valor declarado deve incluir valores de aquisição: entrada, cartório, juros, dentre outros. Não é preciso colocar as parcelas restantes no campo de dívidas.



Guia de declaração

É preciso ficar atento ao prazo para não deixar o envio para a última hora e ficar sem tempo hábil para a resolução de imprevistos. Confira a seguir:

CRITÉRIOS — CONDIÇÕES

Rendimentos tributáveis — Recebeu rendimentos tributáveis (como salários e aluguéis) cuja soma anual foi superior a 28.559,70 reais;

Rendimentos isentos — Recebeu rendimentos isentos, não tributáveis ou tributados exclusivamente na fonte (como indenizações trabalhistas, caderneta de poupança ou doações) em valor superior a 40 mil reais;

Ganhos de capital (lucro) — Obteve, em qualquer mês, lucro na venda de bens ou direitos sujeitos à incidência de imposto de renda, como imóveis vendidos com lucro;

Bolsa — Realizou operações em bolsas de valores, de mercadorias, de futuros e assemelhadas (por exemplo, comprou ou vendeu ações na bolsa);

Venda de imóvel com isenção de imposto sobre ganho de capital — Optou pela isenção do IR incidente sobre o ganho de capital recebido na venda de imóveis residenciais cujo valor resultante da venda tenha sido aplicado na aquisição de imóveis residenciais localizados no país no prazo de 180 dias, contados a partir da data de celebração do contrato de venda? por mais que haja a isenção, esse tipo de transação deve ser declarado;

Bens e direitos — Tinha, em 31 de dezembro de 2021, a posse ou a propriedade de bens ou direitos, inclusive terra nua, de valor total superior a 300 mil reais (por exemplo, um imóvel de 500 mil reais, ou ações no valor de 400 mil reais);

Atividade rural — Obteve receita bruta em valor superior a 142.798,50 reais com atividade rural; ou quem pretende compensar prejuízos com atividade rural em anos anteriores ou no próprio ano-calendário de 2021;

CUIDADOS

- É importante ver se há mensagem de atualização da versão do programa, no aplicativo, para não perder nada.
- O tipo de declaração (Simplificada ou Deduções Legais) não poderá ser alterado após 31 de maio.
- Sempre vivenciamos instabilidade na rede e é comum atrasar o envio. Por isso, não deixe para o último dia. A multa por atraso é lançada (e gera uma notificação) no momento em que se transmite...essa não falha.

Fonte: Receita Federal e Adriano Marrocos – coordenador da Comissão Nacional do Imposto de Renda Pessoa Física do Conselho Federal de Contabilidade (CFC)

Bolsonaro descarta tributar aplicativos

O presidente Jair Bolsonaro descartou, em sua conta no Twitter, a edição de medida provisória (MP) para tributar compras feitas no exterior por meio de plataformas na internet.

"Não assinarei nenhuma MP para taxar compras por aplicativos como Shopee, AliExpress, Shein etc como grande parte da mídia vem divulgando.

Para possíveis irregularidades nesse serviço, ou outros, a saída deve ser a fiscalização, não o aumento de **impostos**", escreveu Bolsonaro, na postagem.

Atualmente, a isenção de Imposto de Importação ocorre para encomendas de até US\$ 50. No entanto, o benefício só é concedido se a remessa ocorrer entre duas pessoas físicas, sem fins comerciais.

Camelódromo virtual Segundo o secretário Especial da **Receita Federal**, Júlio César Gomes, em entrevista ao programa Brasil em Pauta da TV Brasil, no início deste mês, muitos vendedores se fazem passar por pessoas físicas quando, na verdade, são empresas constituídas para se valer de isenções, o que constitui fraude.

César Gomes chamou esses aplicativos de "camelódromos virtuais".

Segundo ele, hoje o Brasil recebe cerca de 500 mil dessas encomendas por dia.

De acordo com o secretário, a **Receita Federal** está intensificando o combate a bens contrabandeados ou que burlam as regras tributárias vigentes por meio de um programa de rastreabilidade fiscal recém-lançado. Na entrevista, o secretário também afirmou que estava em estudo a edição de uma medida provisória com foco nos "camelódromos virtuais".

Presidente participa de marcha

O presidente Jair Bolsonaro (PL) participou no último sábado da 28ª edição da Marcha para Jesus em Curitiba, onde percorreu ruas da cidade do alto de um trio elétrico. A visita foi acompanhada pelo governador do Paraná, Ratinho Júnior (PSD), com quem negocia uma aliança eleitoral na campanha.

No evento, Bolsonaro voltou a fazer críticas veladas a ministros do Supremo Tribunal Federal (STF), com quem tem protagonizado embates nos últimos meses. Ele repetiu frases que tem usado para atacar integrantes da Corte e disse que "só Deus" o tirará da

Presidência.

"E é um dever meu, como chefe do Executivo, fazer com que todo aquele fora das quatro linhas da Constituição venham para dentro da mesma", afirmou. Ele ainda acrescentou: "Nós juntos, com fé, os nossos objetivos. É uma missão que eu tenho. E só Deus me tira daquela cadeira". Na semana passada, o ministro Dias Toffoli, do STF, rejeitou uma notícia-crime apresentada pelo presidente contra o ministro Alexandre de Moraes. Bolsonaro acusou o magistrado de abuso de autoridade na condução de inquéritos dos quais é alvo.

Site: <https://www.folhape.com.br/edicao-imprensa/2122/23-05-2022/>

ICMS gera controvérsias no Legislativo



TAINÁ ANDRADE

Esta semana, o Congresso Nacional vai se debruçar sobre o debate do controverso Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS). Porém, o cenário atual indica que os caminhos que o assunto tomará em cada uma das Casas será diferente. O foco, no início da semana, será no presidente da Câmara dos Deputados, Arthur Lira (PP-AL), que reafirmou em suas redes sociais, ontem, que o país deve acabar com a taxação excessiva de bens e serviços essenciais.

"O Congresso Nacional, a começar pela Câmara dos Deputados, tenho certeza, sempre ficará - como sempre ficou - a favor do que é essencial para o nosso país. E esta semana isso ficará essencialmente claro. É essencial que o Estado tenha condições de proteger a população e que haja essa previsão em lei", escreveu.

Lira pretende votar, na terça-feira (24), o projeto de lei complementar (PLP 18/22) que classifica energia, combustíveis, comunicações e transporte coletivo como itens essenciais. Com isso, a tributação sobre esses serviços passará a obedecer um teto, estabelecido em 17% pela proposta. Os **impostos** serão sobre a produção, importação, comercialização e a prestação de serviços, de competência da União, estados e municípios. A defesa desta matéria se intensificou após um encontro entre Lira e o ministro de Minas e Energia, Adolfo Sachsida.

Caso seja aprovada, a mudança causará uma nova dinâmica tributária, principalmente nas esferas estaduais e municipais. Hoje, é alegado que as maiores arrecadações nesses locais advêm desses **impostos**. Na nova configuração, o teto não dará autonomia para definir a porcentagem em cima do tributo.

Nos bastidores, os possíveis encaminhamentos seguem turvos, já que a complexidade do tema envolve interesses diretos de senadores, principalmente daqueles que sairão ao governo nas eleições. A previsão é que, ao entrar na pauta da Câmara, o projeto também vire tema central da reunião de líderes no Senado Federal, entre quarta e quinta-feira (25 e 26).

No Senado

A articulação de Pacheco já tem acontecido de forma intensa em todas as esferas de poder. Em busca de consenso, o presidente do Senado esteve, há duas semanas, com os secretários de Fazenda do Conselho Nacional de Política Fazendária (Confaz). Após a reunião, defendeu um debate com os governadores, que ainda não foi agendado.

Na semana passada, Pacheco esteve reunido com o ex-governador do Piauí Wellington Dias (PT). Para o petista, a mudança no ICMS parte de acordos nos quais o povo é o último a ser beneficiado. Ele lembra que os governadores já contribuíram, por meio do PL 1422/2021, para limitar os preços mínimo e máximo dos derivados de petróleo e gás de cozinha (GLP) ao consumidor final. Tal proposta criaria um sistema de limites a serem estabelecidos pelo Executivo.

"Veja que congelou em novembro o valor cobrado por litro de combustíveis e o valor subiu 46% de lá para cá. Deixamos pronta a proposta para dar solução, e criar o Fundo de Equalização dos combustíveis. Cabe uma fórmula na mesma linha para reduzir o preço da energia. Se tivesse sido aplicada, desde novembro, ou dezembro do ano passado, o povo estaria pagando gasolina a R\$ 6 e o óleo diesel teria queda na mesma proporção", avaliou.

Na última sexta-feira, Pacheco esteve com o ministro da Economia, Paulo Guedes, para discutir o assunto. "Reafirmei a importância de buscarmos alinhamento entre secretários de Fazenda dos estados, governo federal e Congresso e acharmos pontos em comum quanto ao ICMS que garanta a redução no preço dos combustíveis e a justiça tributária", escreveu, depois da conversa.

Quanto ao ministério, não houve, até o momento, resistência. Na verdade, a implementação dependerá da condução com os governadores. Mas, desde já, alguns estados apontam a inconstitucionalidade no

processo. Para Dias, a redução do ICMS só aconteceria com a **Reforma Tributária**.

"Estados e municípios ganham com a **inflação** alta, mas perdem receitas no aumento dos preços dos itens de serviço. O poder público compra e sofre com a mesma **inflação** alta. O que deve ser feito é a redução dos **tributos** sobre o consumo e a compensação com tributação sobre a distribuição sobre lucro e dividendo ou outra", explicou.

Tributação

Ainda sobre o tema, está prevista a instalação de uma comissão especial, na terça-feira (24), para iniciar as análises sobre o projeto de emenda à constituição (PEC 7/2020) que pauta a reforma do sistema tributário nacional. Em 40 sessões, os parlamentares decidirão sobre a isenção de uma série de **impostos**. Além disso, o debate analisará a possibilidade de criação de cobrança sobre o consumo, propriedade e renda.

Congressistas veem janela para liberar cassino após as eleições



Danielle Brant e Renato Machado

Parlamentares defensores do controverso projeto de lei que libera jogos de azar no país veem a possibilidade de que a proposta avance no Senado na "janela de oportunidade" que será aberta após as eleições deste ano.

O texto foi aprovado pela Câmara dos Deputados em fevereiro deste ano, mas está engavetado desde então.

Vários senadores são pré-candidatos a governos estaduais. Além disso, a Casa ainda instalou recentemente uma Frente Parlamentar por um Brasil Sem jogos de Azar. Novo foco de pressão surgiu recentemente, no entanto, após a aprovação do projeto de lei que estabeleceu novo piso nacional para enfermeiros.

A relação entre os dois projetos se encontra no fato que a proposta que institui o piso dos enfermeiros e que foi aprovada não apresenta fontes de recursos para cobrir esse novo piso.

Líderes partidários da Câmara, então, passaram a articular para que a arrecadação tributária que viria com a liberação dos jogos fosse destinada para bancar o novo piso.

O projeto de lei dos jogos prevê a criação de uma contribuição -espécie de tributo- incidente sobre a comercialização de jogos e apostas. Uma das opções sobre a mesa para o piso dos enfermeiros é ampliar de 4% para 12% o percentual dessa Cide destinado ao financiamento de programa e ações na saúde pública.

O relator da proposta dos jogos na Câmara, Felipe Carreras (PSB - PE), reuniu-se nas últimas semanas com o presidente do Senado, Rodrigo Pacheco (PSD-MG), para tratar do assunto. O deputado tem dito a interlocutores que não tem pressa para que a proposta seja aprovada, ainda mais se há o risco de ela ser rejeitada por causa da pressão eleitoral.

Por isso, avaliou com Pacheco a possibilidade de aproveitar essa "janela de oportunidade", após as eleições e antes do fim da atual legislatura -evitando assim as eventuais resistências de uma nova composição parlamentar. O presidente do Senado, por sua vez, tem dito a interlocutores que não se comprometeu com a votação ainda neste ano.

Em outra frente, a relatora do piso dos enfermeiros, a deputada Carmen Zanotto (Cidadania-SC), também foi atrás do presidente da CCJ (Comissão de Constituição e Justiça) do Senado, Davi Alcolumbre (União Brasil-AP), para tentar destravar imediatamente o projeto dos jogos. Há uma articulação de deputados e alguns senadores para que a proposta seja votada até o recesso parlamentar, em julho.

Uma forma de atrair apoio no Senado foi tentar atrelar a proposta a um outro projeto em tramitação na Casa, que permite a construção de resorts com cassinos. O autor da proposta, senador Irajá (PSD-TO), poderia ser indicado relator do projeto de lei que libera jogos de azar.

"O Brasil não está em condições de recusar novos investimentos. Os resorts inte-grados são um modelo de negócio que gera bilhões de dólares em receita para governos e empresas mundo afora." A antecipação da análise da questão dos jogos, no entanto, não agrada à cúpula do Senado. Pacheco argumenta que tem outras prioridades neste ano, incluindo pautas polêmicas em que construir acordo é um desafio. A principal delas é a **reforma tributária**, que havia sido enterrada por obstrução das maiores bancadas há um mês, mas que recebeu nova investida

do presidente do Senado e seus aliados.

O próprio Alcolumbre evitou jogar um balde de água fria na proposta, mas tem a avaliação de que ele poderia ser um dos prejudicados pelo avanço da questão dos jogos. O senador pelo Amapá busca a sua reeleição, em um estado onde os evangélicos, que se opõem ao tema, têm força.

A proposta que legaliza cassinos, bingos e jogo do bicho tramitava havia três décadas e era alvo de tentativas de obstrução de grupos evangélicos e católicos.

O projeto foi apresentado pelo deputado Renato Vianna (MDB-SC) em 1991 e tramitou com regularidade até 1995, quando travou. O tema foi retomado rapidamente em 2008, mas também sem avanços. Em 2015, foi criada comissão especial para debater o texto. O colegiado produziu um relatório, usado por Carreras como base para fazer seu parecer.

O texto aprovado na Câmara busca regulamentar jogos de cassino, bingo, jogo do bicho, turfe [corrida de cavalo] e jogos online. O projeto abrange cassinos turísticos -hotéis que poderiam explorar a atividade, proposta semelhante à do Senado- e estipula o número de licenças de cassinos em estados.

Site:

<https://acervo.folha.com.br/digital/leitor.do?numero=49920&anchor=6456408&pd=978042f5f0111099d62280283f046660>

Populismo à custa dos Estados (Editorial)

Diz um ditado popular que de boas intenções o inferno está cheio, máxima que exprime o fato de não haver soluções fáceis para problemas complexos. É o caso do avanço da **inflação** e a disparada do petróleo e da energia elétrica, um problema que não será resolvido com a mais recente iniciativa da Câmara - um projeto de lei complementar por meio do qual os deputados pretendem impor uma alíquota máxima de 17% ao Imposto Sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS) incidente sobre itens essenciais.

Sob o pretexto de reduzir as tarifas ao consumidor final - no caso da energia, a queda não passaria de 10% -, os parlamentares estão prestes a dar aval a uma perda de R\$ 70 bilhões a Estados e municípios. Embora o tributo seja estadual, sua arrecadação é dividida com os prefeitos. Trata-se de uma iniciativa que beira a irresponsabilidade e que, no limite, pode até ser inconstitucional, caso a redação da lei tenha caráter impositivo.

De forma geral, o ICMS sobre energia, combustíveis e telecomunicações varia entre 25% e 30%. Os três itens respondem por quase um terço das receitas com ICMS, disse ao Estadão o economista Sergio Gobetti, especialista em contas públicas, mas em alguns casos, a dependência é ainda maior e pode chegar a 80%. Não se trata de discutir o caráter de essencialidade desses serviços, mas a forma eleitoreira como o assunto tem sido conduzido no governo.

Para começar, goste-se ou não, cada Estado tem autonomia para definir suas alíquotas de ICMS. Não é, portanto, tarefa da União ou da Câmara federal.

Uma tributação que exceda os 30% certamente é elevada, mas incide sobre uma base igualmente elevada por questões de custos da própria cadeia produtiva.

Qualquer debate sério sobre quanto o imposto poderia ser reduzido deveria ser precedido de negociação, algo bem diferente de colocar uma faca no pescoço dos governadores - o que o presidente da Câmara, Arthur Lira, com apoio do governo federal, fez ao anunciar a inclusão do projeto na pauta de votações de forma intempestiva.

Cortar as receitas dos Estados e municípios de uma hora para outra não é nem mesmo realista, a não ser que o objetivo seja quebrar os entes federativos para, depois, obrigar a União a socorrê-los com dinheiro

público oriundo de **impostos** federais pagos por toda a sociedade. Os orçamentos deste ano já contam com essa arrecadação para pagar despesas obrigatórias com saúde, educação e servidores. E os Estados e municípios já tiveram de aceitar perdas em razão da redução do Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI) de 35% para 25%.

Como bem definiu Gobetti, cortar receitas sem diminuir benefícios fiscais não passa de populismo. A alternativa pragmática seria uma **reforma tributária** ampla que uniformize alíquotas ao longo do tempo e compense perdedores, como a Proposta de Emenda à Constituição (PEC) 110, de autoria do Senado - esta sim a Casa que representa os Estados. Sem analisar o tema com a profundidade que ele exige, qualquer proposta, como a que está em discussão na Câmara, terá efeitos perniciosos sobre as contas públicas.

Site: <http://digital.estadao.com.br/o-estado-de-s-paulo>

O desafio da carga tributária no País

Uma elevada e desafiadora carga tributária. Assim é que podemos definir o mercado brasileiro. Para mostrar ao consumidor como seria diferente fazer as compras de produtos sem a cobrança dos **tributos**, a Federação das Indústrias do Estado de Pernambuco (Fiepe) realiza a 5ª edição do Dia sem Imposto, na próxima quarta-feira. A ação tem o objetivo de sensibilizar a sociedade sobre o impacto tributário por meio da exposição de produtos (como um carro zero-quilômetro) com os preços sem a cobrança de taxas e contribuições estipuladas pelo poder público.

Além disso, serão realizadas palestras gratuitas sobre gestão financeira e tributária, entre outras atividades. Segundo o Tesouro Nacional, em 2021, a carga tributária do Brasil foi de 33,90% do Produto Interno Bruto (**PIB**) nacional.

Gargalo e complexidade Em um levantamento feito nos últimos anos, a Confederação Nacional da Indústria (CNI) aponta que a maioria dos empresários brasileiros reprovam o atual sistema tributário, sendo o número de **impostos** um dos maiores gargalos do setor produtivo. Para eles, o ICMS é o tributo que causa maior impacto negativo sobre a competitividade, seguido do PIS/Cofins e das contribuições previdenciárias (**INSS**), que figuraram empatados no segundo lugar.

"A carga atual é complexa, não conseguimos entender o quanto pagamos. É algo na saída, na entrada do produto, paga duplicado, e o pior de tudo é que não é transparente.

Prezamos por uma reforma para desburocratizar e deixar menos complexo", disse o economista da Fiepe, César Andrade.

Reforma tributária De acordo com pesquisa recente da Associação Comercial de São Paulo, para os brasileiros, o maior problema em destinar quase 50% dos rendimentos colhidos no ano para o pagamento de **tributos** não é apenas o alto valor dos **impostos**, mas o fato de os investimentos não reverterem positivamente nos serviços de saúde, segurança, infraestrutura e educação.

Um passo importante para minimizar esses efeitos seria aprovar a **reforma tributária**. Juntamente com a Fiepe, a CNI diz estar atenta e defende que essa pauta avance para dar mais competitividade às empresas nacionais e incentivar o crescimento da economia de forma mais sustentável. "O que

produzimos aqui fica mais caro, logo para implantar um negócio aqui também se torna mais dispendioso. A nossa defesa é que tenhamos um sistema tributário que preserve o equilíbrio na concorrência e estimule as vocações do nosso País", acredita o coordenador do Fiepe Jovem, Rodrigo Veloso.

Em 2021, campanha chamou atenção com a exibição de um carro

Site: <https://www.folhape.com.br/edicao-imprensa/2122/23-05-2022/>

Congresso quer reduzir o impacto do ICMS em combustíveis e na energia

Tainá Andrade

Esta semana, o Congresso Nacional vai se debruçar sobre o debate do controverso Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS). Porém, o cenário atual indica que os caminhos que o assunto tomará em cada uma das Casas será diferente.

O foco, no início da semana, será no presidente da Câmara dos Deputados, Arthur Lira (PP-AL), que reafirmou em suas redes sociais, ontem, que o país deve acabar com a taxação excessiva de bens e serviços essenciais.

O Congresso Nacional, a começar pela Câmara dos Deputados, tenho certeza, sempre ficará - como sempre ficou - a favor do que é essencial para o nosso país. E esta semana isso ficará essencialmente claro. É essencial que o Estado tenha condições de proteger a população e que haja essa previsão em lei, escreveu.

Lira pretende votar, na terça-feira (24/5), o projeto de lei complementar (PLP 18/22) que classifica energia, combustíveis, comunicações e transporte coletivo como itens essenciais. Com isso, a tributação sobre esses serviços passará a obedecer um teto, estabelecido em 17% pela proposta. Os **impostos** serão sobre a produção, importação, comercialização e a prestação de serviços, de competência da União, estados e municípios. A defesa desta matéria se intensificou após um encontro entre Lira e o ministro de Minas e Energia, Adolfo Sachsida.

Caso seja aprovada, a mudança causará uma nova dinâmica tributária, principalmente nas esferas estaduais e municipais. Hoje, é alegado que as maiores arrecadações nesses locais advêm desses **impostos**. Na nova configuração, o teto não dará autonomia para definir a porcentagem em cima do tributo.

Nos bastidores, os possíveis encaminhamentos seguem turvos, já que a complexidade do tema envolve interesses diretos de senadores, principalmente daqueles que sairão ao governo nas eleições. A previsão é que, ao entrar na pauta da Câmara, o projeto também vire tema central da reunião de líderes no Senado Federal, entre quarta e quinta-feira (25 e 26).

No Senado

A articulação de Pacheco já tem acontecido de forma intensa em todas as esferas de poder. Em busca de consenso, o presidente do Senado esteve, há duas semanas, com os secretários de Fazenda do Conselho Nacional de Política Fazendária (Confaz). Após a reunião, defendeu um debate com os governadores, que ainda não foi agendado.

Na semana passada, Pacheco esteve reunido com o ex-governador do Piauí Wellington Dias (PT). Para o petista, a mudança no ICMS parte de acordos nos quais o povo é o último a ser beneficiado. Ele lembra que os governadores já contribuíram, por meio do PL 1422/2021, para limitar os preços mínimo e máximo dos derivados de petróleo e gás de cozinha (GLP) ao consumidor final. Tal proposta criaria um sistema de limites a serem estabelecidos pelo Executivo.

Veja que congelou em novembro o valor cobrado por litro de combustíveis e o valor subiu 46% de lá para cá. Deixamos pronta a proposta para dar solução, e criar o Fundo de Equalização dos combustíveis. Cabe uma fórmula na mesma linha para reduzir o preço da energia. Se tivesse sido aplicada, desde novembro, ou dezembro do ano passado, o povo estaria pagando gasolina a R\$ 6 e o óleo diesel teria queda na mesma proporção, avaliou.

Na última sexta-feira, Pacheco esteve com o ministro da Economia, Paulo Guedes, para discutir o assunto. Reafirmei a importância de buscarmos alinhamento entre secretários de Fazenda dos estados, governo federal e Congresso e acharmos pontos em comum quanto ao ICMS que garanta a redução no preço dos combustíveis e a justiça tributária, escreveu, depois da conversa.

Quanto ao ministério, não houve, até o momento, resistência. Na verdade, a implementação dependerá da condução com os governadores. Mas, desde já, alguns estados apontam a inconstitucionalidade no processo. Para Dias, a redução do ICMS só aconteceria com a **Reforma Tributária**.

Estados e municípios ganham com a **inflação** alta, mas perdem receitas no aumento dos preços dos itens de serviço. O poder público compra e sofre com a

mesma **inflação** alta. O que deve ser feito é a redução dos **tributos** sobre o consumo e a compensação com tributação sobre a distribuição sobre lucro e dividendo ou outra , explicou.

Tributação

Ainda sobre o tema, está prevista a instalação de uma comissão especial, na terça-feira (24), para iniciar as análises sobre o projeto de emenda à constituição (PEC 7/2020) que pauta a reforma do sistema tributário nacional. Em 40 sessões, os parlamentares decidirão sobre a isenção de uma série de **impostos**. Além disso, o debate analisará a possibilidade de criação de cobrança sobre o consumo, propriedade e renda.

Site:

<http://www.correiobraziliense.com.br/politica/2022/05/5009867-icms-gera-controversias-no-legislativo.html>

Receita perigosa (Editorial)

A situação das contas públicas continua a surpreender positivamente neste ano, graças ao impacto da **inflação** e da atividade econômica nas receitas. O fenômeno, entretanto, é conjuntural e não pode obscurecer os riscos de longo prazo, que são crescentes.

No relatório bimestral de avaliação do Orçamento, documento que atualiza as projeções para o ano, o governo federal calcula que terá déficit menor em 2022 -a estimativa do saldo negativo, sem incluir despesas com juros, passou de R\$ 66,9 bilhões para R\$ 65,5 bilhões.

Os novos parâmetros incluem R\$ 49,1 bilhões a mais de arrecadação ante a avaliação anterior, chegando a um total de R\$ 1,72 trilhão, já deduzidas as transferências a estados e municípios. Em relação à lei orçamentária aprovada no ano passado, a alta na coleta de **impostos** já atinge R\$ 136,6 bilhões.

Os gastos também foram revistos, com acréscimo de R\$ 34,9 bilhões, e deverão atingir R\$ 1,63 trilhão. Na conta estão mais desembolsos com precatórios e subsídios agrícolas, além do encontro de contas com a Prefeitura de São Paulo relativo à concessão do aeroporto Campo de Marte.

Mesmo nesse contexto mais favorável, a regra do teto de gastos impõe um contingenciamento adicional nas despesas de R\$ 8,2 bilhões, que, somado à contenção de R\$ 1,7 bilhão do primeiro bimestre, resulta em R\$ 9,9 bilhões no ano.

Tal cifra ainda não considera o possível reajuste salarial para o funcionalismo. Com um índice linear de 5%, a conta ficaria em R\$ 8,5 bilhões, elevando o bloqueio deste 2022 para R\$ 16,2 bilhões.

A benesse ainda é matéria de controvérsia na Esplanada brasiliense, e o conflito com os servidores vem se agravando desde que Jair Bolsonaro (PL) decidiu agradar à sua base de apoio na área de segurança. O risco de paralisação ampla da máquina permanece, com várias carreiras de elite em protesto.

O corte de gastos tende a atingir os já depauperados investimentos em infraestrutura, comprometendo a qualidade do Orçamento.

Tudo considerado, não se descarta que o Tesouro Nacional chegue ao fim do ano com um resultado melhor que o esperado, repetindo a surpresa do

exercício passado.

Até o momento, a relação entre a dívida pública e o Produto Interno Bruto continua a cair -de 89,3% no final de 2020 para 78,5% do **PIB** em março deste ano.

Mesmo assim, a situação é frágil. Com juros maiores, provável esgotamento do impacto da **inflação** nas receitas e pressões cada vez mais fortes por reajustes salariais, o controle da dívida exigirá reformas e disciplina do próximo governo. Por ora, no entanto, as indicações dos principais candidatos ao Planalto vão na direção oposta.

Site:

<https://acervo.folha.com.br/digital/leitor.do?numero=49920&anchor=6456398>

Bolsonaro inflou o Centrão - FELIPE MOURA BRASIL



Inflar preços de equipamentos essenciais para a população, como tratores, ônibus escolares e caminhões de lixo, é uma forma perversa de desviar dinheiro dos pagadores de **impostos**, sob a falsa aparência de compromisso com o bem-estar da sociedade.

Governo, senadores e deputados ganham apoio local com a propaganda das entregas para prefeitos, enquanto escoam por empresas suspeitas a diferença entre o preço inflado pago pelo poder público e o valor de tabela de cada unidade comprada - ou da que deveria ter sido comprada em lugar da que acabou sendo.

O Estadão tem apontado indícios de superfaturamento, fantasmas e laranjas nessas negociatas federais. Caberia ao Ministério Público denunciar eventuais corruptos, verificando ainda se o dinheiro escoado vai parar em seus bolsos e campanhas.

A reportagem sobre caminhões comprados pelo governo Bolsonaro para atender sua base no Congresso - escândalo batizado nas redes sociais de "bolsolixo" - "identificou pagamentos inflados de R\$ 109 milhões". "A diferença dos preços de compra de

modelos idênticos, em alguns casos, chegou a 30%. Em outubro passado, por exemplo, o governo adquiriu um modelo de caminhão por R\$ 391 mil. Menos de um mês depois, aceitou pagar R\$ 505 mil pelo mesmo veículo.

Há casos também em que o governo recebeu veículos menores do que o comprado sem reaver a diferença de preço." Com R\$ 114 mil de diferença entre o preço inflado do caminhão e o valor da unidade em compras anteriores, chega-se a mais de R\$ 3,6 milhões em gastos extras na compra de 32 veículos pela Codevasf, a "estatal do Centrão".

Do mesmo modo, pagar por cada caminhão, dos 18 comprados pela superintendência da Codevasf em Pernambuco, R\$ 85.682,42 a mais que o valor pago dois meses antes pelo braço da estatal em Brasília resulta em R\$ 1,5 milhão de excesso, escoado por fornecedora registrada em nome de beneficiário do auxílio emergencial.

Quem comanda o braço pernambucano da Codevasf é um apadrinhado de Fernando Bezerra Coelho, o mesmo ex-líder do governo Bolsonaro no Senado que destinou à cidade então administrada por seu filho R\$ 13 milhões do orçamento secreto, parte dos quais ao hospital gerido por uma entidade comandada por outro familiar.

Pelo mesmo duto do Fundo Nacional da Saúde, o senador Márcio Bittar, relator do Orçamento em 2021, enviou R\$ 11 milhões a um hospital gerido por amigo dele e acusado de cometer fraude para receber os recursos.

Neste caso, pelo menos, o MPF agiu. Precisa, agora, correr atrás da imprensa nos outros.

Site: <http://digital.estadao.com.br/o-estado-de-s-paulo>

Governadores têm R\$ 320 bilhões em caixa para gastar em ano eleitoral

Veja a matéria no site de origem:

<https://infoglobo.pressreader.com/o-globo>

Site: <https://infoglobo.pressreader.com/o-globo>

R\$ 320 bi em caixa

Veja a matéria no site de origem:

<https://infoglobo.pressreader.com/o-globo>

Site: <https://infoglobo.pressreader.com/o-globo>

É hora de cortar ICMS para conter preços?

Marta Watanabe e Anais Fernandes De São Paulo

Veja a matéria no site de origem:

https://www.valor.com.br/virador/?valor_pro=1#/edition/187224

Site:

https://www.valor.com.br/virador/?valor_pro=1#/edition/187224

Estratégias para driblar a disparada dos preços



BEANDRO COURIEM/DA PRESS

Compras em centros atacadistas, como a Ceasa, são opção para adquirir maiores quantidades de produtos com preços menores



BEANDRO COURIEM/DA PRESS

Maria Lúcia Ferreira e Wallisson Ferreira seguiram a dica de procurar preços menores para compras na Ceasa

Roger Dias

A disparada dos preços dos itens essenciais da cesta básica em Belo Horizonte e na região metropolitana leva os consumidores a adotarem comportamentos muito comuns nos anos 1980 e 1990, quando o Brasil amargou crise econômica e teve perdas inflacionárias altíssimas. A preferência por atacados e pelo antigo hábito de dividir compras entre familiares e vizinhos tornou-se necessidade imediata para aproveitar promoções e driblar os constantes aumentos que pesam no bolso.



BEANDRO COURIEM/DA PRESS

A comerciante Helena de Oliveira diz aproveitar as promoções do dia a dia e para maiores quantidades



TULLIO SANTOS/EM/DA PRESS

A motorista Rosilene de Oliveira costuma fazer compras maiores para toda a família para ter desconto

O consumidor sente de forma imediata a variação nos preços no país, puxada justamente pela alta nos combustíveis e nos alimentos. No mês passado, o Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA), do IBGE, considerado a **inflação** oficial do Brasil, fechou em 1,06%, em seu pior resultado no mês desde 1996. Em 12 meses, o IPCA já acumula alta de 12,13%. Em Belo Horizonte, de acordo com a Fundação Ipead/UFMG, o custo da cesta básica em abril foi de R\$ 716,26, com crescimento de 3% em relação a março e equivalente a 59,10% do salário mínimo.

Cada vez mais assustada com a disparada dos alimentos, a motorista Rosilene de Oliveira, de 37 anos, se habituou a fazer compras para a família inteira nos atacados. Assim, ela adquire maiores quantidades de óleo de soja, café, leite e carnes no geral e em seguida reparte com os parentes. "Precisamos procurar produtos mais baratos, deixar de lado algumas coisas para tentar levar algo melhor para a mesa. É sempre melhor comprar em grandes quantidades para ganhar mais desconto", afirma.

O auxiliar de produção João Figueiredo, de 27, se

convenceu de que a melhor alternativa era procurar comprar por atacado. Uma vez por mês, ele faz toda a compra de casa, que pode muitas vezes preservar as constantes idas aos supermercados. "Ultimamente, procuro comprar mais para aproveitar o preço melhor e buscar o estabelecimento mais rentável. Antes, comprava em outros locais, mas constantemente somos obrigados a mudar o local da compra pela alta dos preços. A economia é bem pequena, mas no fim do mês dá grande diferença."

Em 2022, o IPCA já registra alta de 4,29%. Os números de abril foram mais elevados do que imaginava o Banco Central, que havia projetado uma **inflação** de 3,5%, com margem de erro de 1,5 ponto percentual para mais ou para menos para todo o ano. Para amenizar o impacto sobre o bolso dos brasileiros, o governo federal aprovou a redução do Imposto de Importação para alguns produtos de alimentação e vergalhões de aço. Até 31 de dezembro, foram reduzidas a zero as alíquotas de importação sobre carnes de boi desossadas; carne de frango, pedaços e miudezas, congelados; trigo e farinha de trigo; milho em grão; bolachas e biscoitos; e outros produtos de padaria, pastelaria e indústria de biscoitos.

De acordo com o economista Marcos Taroco, mestre em economia pela Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), a expansão do preço nos transportes interferiu negativamente nos demais produtos de primeira necessidade dos brasileiros: "Os desajustes nas cadeias produtivas demoram a ser resolvidos, e os alimentos tendem a ser um dos mais penalizados. Ao mesmo tempo, como os combustíveis estão sendo uma fonte de aumentos constantes, isso encarece em muito o custo do transporte, o armazenamento e outros elementos da cadeia produtiva dos alimentos, além dos outros itens de primeira necessidade".

Ele entende que a alta dos principais alimentos traz à tona o aumento repentino da pobreza no país: "Toda a incerteza criada no contexto da pandemia refletiu-se também na depreciação do real frente ao dólar. Com a alta perda de poder de compra diante dos elevadíssimos preços da cesta básica, o impacto tende a ser maior nas famílias de menor renda devido à grande participação de produtos básicos, como alimentos e bebidas, no orçamento familiar".

O coordenador de preços do IBGE em Minas, Venâncio Otávio Araújo, diz que os fatores geopolíticos e climáticos também ajudam na ciranda dos preços: "A elevação dos alimentos básicos tem ocorrido de forma frequente nos últimos 12 meses. Tivemos o conflito entre Rússia e Ucrânia, que influencia nos preços dos fertilizantes e encarece a produção. Tivemos também muita chuva em janeiro, o que interfere na produção de hortaliças. Com isso, o

preço é repassado ao consumidor".

VERDURAS E FRUTAS Na Ceasa, os clientes também já aderem à prática de compras conjuntas de hortigranjeiros. O aposentado Walisson Ferreira, de 45, desloca oito quilômetros para aproveitar promoções do Mercado Livre do Produtor e dos diversos atacados no local para dividir com os pais, que moram em Contagem. "Fui orientado a vir aqui e comprar em pacotes maiores. Além da variedade, vejo como vantagem a questão do preço. Eles têm quantidades maiores. Compro doces e outros alimentos em maiores quantidades. Gasto um pouco mais de gasolina, mas tenho quantidade maior em casa."

Por sua vez, a comerciante Helena de Oliveira, de 58, se anima com a chance de obter descontos maiores nos atacados: "Costumo a aproveitar muitas promoções do dia a dia, porque vejo que tudo está muito caro. Às vezes combinamos de comprar em maiores quantidades, porque temos boas promoções. Aqui, há muita variedade. Para quem compra muito, vale a pena buscar em locais como esses".

O supervisor de informações de mercado da Ceasa, Ricardo Martins, avisa que é preciso paciência para buscar melhores ofertas: "A dica sempre é aquela antiga: pesquisar bastante e aproveitar as promoções do varejo. Muitos estabelecimentos fazem promoções às quartas e quintas-feiras e as pessoas devem ficar atentas para economizar".

Segundo ele, houve redução de 0,8% dos hortigranjeiros em abril. Na primeira quinzena de maio, as verduras e frutas tiveram queda de 12,5% se comparada ao mesmo período do ano passado. "Mantidas as condições climáticas mais favoráveis, o preço deve cair mais um pouco e a situação será mais calma", diz.

Site:

<https://digital.em.com.br/estadodeminas/23/05/2022/p1>

Bolsonaro acha que vai perder - CELSO ROCHA DE BARROS

CELSO ROCHA DE BARROS

Jair Bolsonaro tem um palpite sobre o resultado da eleição presidencial deste ano. Ele acha que vai perder.

Se não achasse, não estaria anunciado o golpe desde já.

Não seria melhor, para um golpista, ser reeleito legitimamente e, só então, iniciar a ofensiva contra as instituições? Essa tem sido a regra entre os novos autoritários. Enquanto dá para vencer dentro das regras, eles fazem barulho, mas se mantêm na institucionalidade. É quando começam a perder que começam a radicalizar.

Vejam a virada que fez Chávez depois de perder o plebiscito de 2007, por exemplo; ou a invasão do Capitólio pela turma de Trump, que só passou a fazer sentido quando ficou claro que Trump perderia.

Jair não tem, naturalmente, certeza de que vai perder. Como já escreveu mestre Janio de Freitas, pode estar tentando um golpe agora para se precaver de ter que tentá-lo já derrotado pelas urnas.

Mesmo nesse caso, entretanto, a dúvida é suficiente para que Jair antecipe o projeto e gaste com ele meses que seriam preciosos se a prioridade fosse fazer uma campanha eleitoral normal.

É arriscadíssimo sinalizar para seus aliados nos estados que você acha que vai perder. O número de candidatos a governador bolsonaristas tentando estabelecer tréguas com Lula certamente não é um bom sinal para o Planalto.

Demonstrar medo de perder é dar a partida na fuga dos oportunistas, que foram fundamentais para a vitória de Bolsonaro em 2018.

Sua disparada de final de primeiro turno só aconteceu quando os aliados de Alckmin perceberam que o PSDB ia perder. Na mesma hora, migraram em massa para Bolsonaro, levando com eles máquinas políticas locais importantes.

O vídeo de Edir Macedo mudando de candidato foi um momento importante desse processo.

Ou seja, muita gente que ganhou com Bolsonaro em 2018 só estava lá porque o Jair ia ganhar. Se o Jair for perder, eles vão embora sem deixar recado. Se quiserem procurar outro candidato, o próprio Alckmin está em uma das chapas.

Se Bolsonaro acha uma boa ideia assustar esse pessoal, é porque acha mesmo que vai perder.

Ele tem razão? É difícil saber. Sua situação não é muito confortável. Continua atrás nas pesquisas, estagnado há algumas semanas. Seus índices de aprovação são piores do que os dos presidentes que se reelegeram. A **inflação** segue alta e não há nenhuma perspectiva de boas notícias vindas da área econômica. Não sabemos se o efeito do Auxílio Brasil já está precipitado nos números atuais.

Por outro lado, Bolsonaro tem a máquina do governo na mão, dinheiro e cargos para distribuir. Graças a isso, acaba de conquistar de uma grande vitória política: a destruição da terceira via.

Diante desse quadro, os analistas políticos ainda evitam cravar o resultado da eleição, mesmo quando atribuem favoritismo a Lula. Jair Bolsonaro vai mais longe e já aposta que vai perder. Por isso já anuncia seu golpe, correndo o risco de que sua profecia se autorrealize.

Pessoalmente, eu estaria mais feliz com o pessimismo de Bolsonaro se seus diagnósticos como presidente não tivessem se revelado tão desastrosamente errados. Espero que Bolsonaro seja melhor analista eleitoral do que foi presidente da República. Tomara que nessa você esteja certo, Jair. Seria a primeira vez.

Site:

<https://acervo.folha.com.br/digital/leitor.do?numero=49920&anchor=6456398>

Buscar pechincha em criptomoedas requer cautela, dizem analistas

Lucas Bombana

Embora o mercado de criptomoedas já tenha experimentado uma forte correção de preços durante as últimas semanas, especialistas avaliam ainda ser necessária alguma dose de cautela antes de o investidor partir em busca de eventuais oportunidades na bacia das almas.

A forte queda nos preços das stablecoins, puxada pela derrocada dos projetos da TerraUSD e da luna, teve um peso importante para o ajuste sofrido pelo universo cripto de forma mais ampla.

Analistas e gestores dedicados ao tema assinalam, contudo, que, ainda que o evento relacionado às stablecoins possa ter se tratado de um caso mais pontual, fatores que já vinham pressionando tanto o mercado de criptomoedas quanto as ações seguem presentes no cenário.

O aumento da taxa de juros pelo Federal Reserve (Fed, banco central dos EUA) -e o consequente enxugamento da liquidez abundante que impulsionou os mercados desde meados de 2020- é um processo que ainda está apenas no início.

E, com uma **inflação** pressionada em escala global, acentuada pelas novas restrições de mobilidade na China e pela Guerra da Ucrânia, não apenas o banco central norte-americano deve prosseguir com a escalada de aumento de juros como autoridades monetárias de outros mercados desenvolvidos, como Europa e Japão, também devem seguir pelo mesmo caminho.

Em meio à pressão vinda de uma série de frentes, no acumulado do ano, o bitcoin acumula desvalorização de cerca de 38%, enquanto a capitalização do mercado de criptomoedas saiu de um pico acima de US\$ 2,5 trilhões, em meados de novembro do ano passado, para negociar atualmente ao redor de US\$ 1,25 trilhão.

Nesse cenário, por mais que continuem enxergando um alto potencial de crescimento para a tecnologia das criptomoedas e da rede blockchain a médio e longo prazo, profissionais de investimento têm optado por uma postura de maior cautela.

"Ainda que o evento da luna possa ser um fato isolado,

para o leigo e mesmo para a grande massa de pessoas físicas que compõem o ecossistema das criptomoedas, acendeu um sinal de alerta", diz Bruno Hora, cofundador do escritório de assessores de investimento InvestSmart.

Ele reconhece que eventos como esse mais afastam do que aproximam novos investidores para o segmento.

"Pessoas que estavam começando a entender melhor esse mercado, quando veem o que aconteceu nas últimas semanas, acabam criando uma resistência", diz. Da mesma forma, em momentos de forte alta, o interesse e a procura por produtos relacionados tendem a crescer, acrescenta.

Antes de iniciar qualquer tipo de investimento em criptomoedas, diz Hora, é preciso que o investidor esteja ciente da volatilidade que elas trazem para dentro da carteira, respeitando o seu perfil de risco para não se arrepende pouco tempo depois.

"Talvez o único almoço grátis que exista para o investidor é a oportunidade de diversificar bem os investimentos e não ficar excessivamente exposto a um só ativo", diz o cofundador da InvestSmart.

Para aqueles investidores que, cientes dos riscos, mantêm o interesse em fazer alguma alocação de capital, Luiz Pedro Andrade, analista da Nord Research, recomenda que sejam feitos aportes periódicos e em volumes que não comprometam o orçamento. "Não é o momento de fazer grandes aportes nem de vender nada." Além disso, dada a volatilidade intrínseca ao negócio, o analista diz que o ideal é que a exposição às criptomoedas seja limitada a um espaço não maior do que 5%, dentro de um portfólio bem diversificado com outras classes de ativos, como ações e renda fixa, seja no Brasil, seja em investimentos no exterior.

"Apesar de esperar por mais quedas das criptomoedas com a alta dos juros pelo Fed, sob uma perspectiva de longo prazo, os preços parecem atraentes", afirma Andrade.

Diretor do Mercado Bitcoin, Fabrício Tota diz que, em termos relativos, a negociação de luna foi uma das que mais cresceram dentro da plataforma nas últimas

semanas, até pelo aumento do interesse pelo tema, que traz a reboque uma leva de novos interessados.

"Só tem gente vendendo porque, do outro lado, tem alguém disposto a comprar, a depender do preço", diz Tota, acrescentando que não ficou nenhum pouco surpreso com a recente derrocada da luna.

"A indústria de criptomoedas ainda está em construção, vão surgir projetos que vão dar certo e outros que não vão prosperar", comenta o diretor do Mercado Bitcoin, que afirma não ter perdido "um minuto do sono" ante a forte queda dos últimos dias.

Segundo Axel Blikstad, gestor dos fundos de criptomoedas da BLP Crypto, com o aumento recente da volatilidade, a opção adotada foi aumentar a concentração da carteira nas cripto mais consolidadas, em especial no bitcoin e naethereum.

"É um ano difícil não só para as criptomoedas mas para o mercado como um todo. Estamos passando por uma mudança bastante grande, saindo de um cenário de juros extremamente baixos", diz o sócio da BLP, gestora com cerca de R\$ 230 milhões em fundos de criptomoedas.

Diretor de investimentos da gestora de cripto QR Asset, Alexandre Ludolf diz também ter optado por uma abordagem mais conservadora nas estratégias dos fundos, ao menos até que seja possível ter uma clareza maior sobre as perspectivas para os mercados nos próximos meses.

"O ponto mais importante para a correção de preços das criptomoedas é a potencial redução de disponibilidade de cinapital", afirma o diretor da QR Asset, com cerca de R\$ 470 milhões em estratégias indexadas e de gestão ativa em criptomoedas.

Ludolf diz que tem reservado um espaço maior dos portfólios para ficar em caixa, como títulos públicos de curta duração, de modo a reduzir a volatilidade da carteira. E também com um enfoque maior para as criptomoedas já mais bem estabelecidas bitcoin e ethereum.

Para ele, um avanço regulatório sobre o mercado cripto, e das stablecoins em especial, é um passo importante para aumentar a segurança e impulsionar uma nova onda de otimismo no setor.

"A regulação do mercado cripto é necessária para que a evolução do ecossistema continue", defende.

Ele diz que o padrão de captação "mudou para pior" na gestora com o aumento da volatilidade nas últimas semanas, mas que o maior conhecimento dos

investidores de forma geral a respeito das criptomoedas impediu um movimento de resgates massivo.

"Ficamos positivamente surpresos com a postura firme dos investidores locais, que entenderam que vender em momentos de maior aversão costuma ser uma estratégia ruim." Blikstad, da BLR acrescenta que, com o aumento da adoção das criptomoedas por grandes empresas e investidores globais, a correlação entre os ativos digitais e os ativos mais tradicionais de mercado, como as ações, também acabou aumentando.

É por essa razão, afirma, que o movimento das criptomoedas tem acompanhado cada vez mais de perto o das grandes Bolsas internacionais, com a venda dos ativos de maior risco de maneira indiscriminada e a consequente pressão baixista para negócios de tecnologia, sejam ações negociadas na Nasdaq -o índice de tecnologia recua cerca de 27% no ano-, sejam os criptoativos.

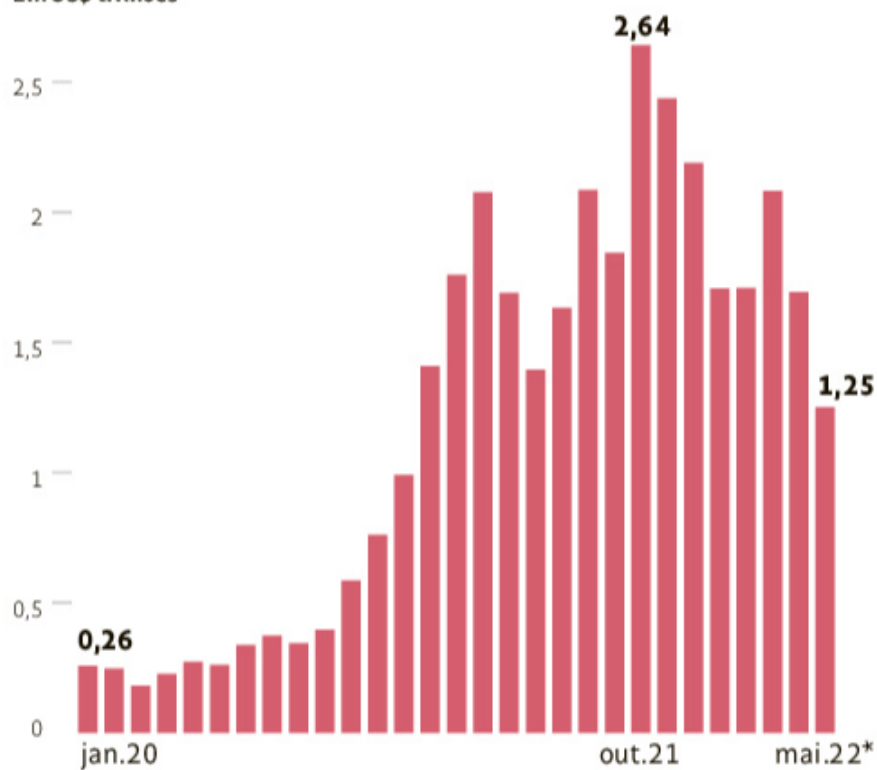
"A tendência é que, com o passar do tempo, a correlação aumente ainda mais", diz o gestor da BLR

Site:

<https://acervo.folha.com.br/digital/leitor.do?numero=49920&anchor=6456408&pd=978042f5f0111099d62280283f046660>

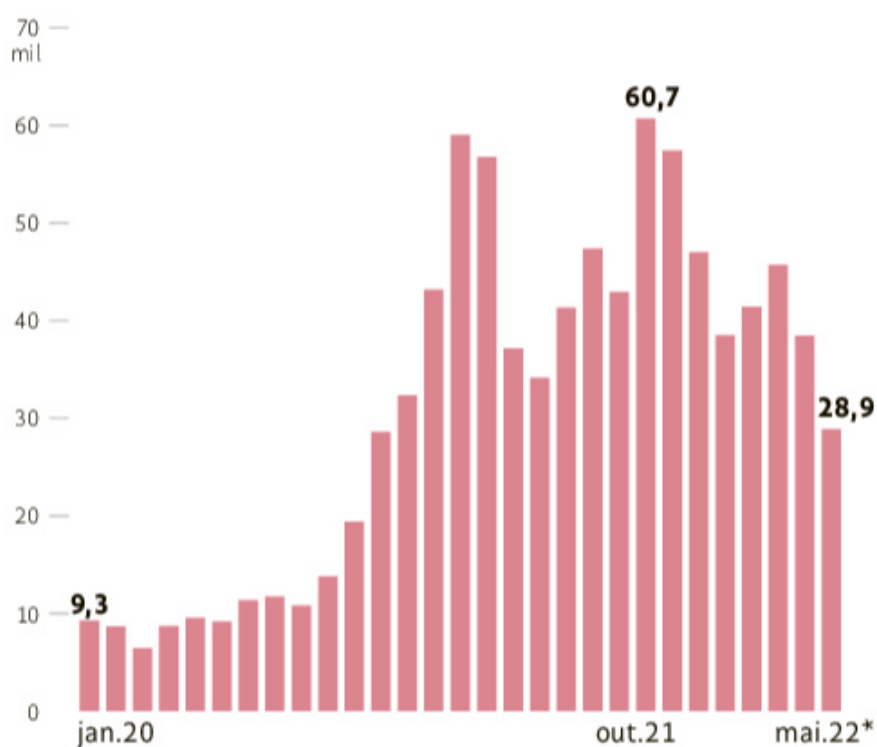
Capitalização de mercado das criptomoedas

Em US\$ trilhões



Variação do bitcoin desde 2020

Valor do bitcoin, em US\$ milhares



*Até 20.mai. Fontes: CoinMarketCap e Bloomberg

Rendimento da poupança perde para inflação há quase 2 anos

Em meio à incômoda e persistente pressão inflacionária no país, os rendimentos oferecidos pela poupança estão próximos de completar dois anos de perdas para a **inflação**.

Segundo levantamento da plataforma Economatica, o retomo real da poupança no acumulado de 12 meses foi negativo em 6,58% em abril, quando a **inflação** (IPCA) atingiu 12,13% na mesma base de comparação.

A última vez em que a poupança ofereceu uma rentabilidade acumulada em 12 meses superior à **inflação** foi em agosto de 2020, quando o retomo real foi de 0,45% em um ano.

Apesar da recente escalada na Selic, que aumenta a atratividade de produtos de renda fixa de modo geral, o rendimento da poupança não muda.

Mesmo com o juro básico em 12,75% ao ano, a aplicação da caderneta segue com o rendimento inalterado em 6,17% ao ano, mais a TR (Taxa Referencial).

A remuneração da poupança é de 0,5% ao mês sempre que a Selic estiver acima de 8,5% ao ano. Já quando a taxa básica é de até 8,5%, o rendimento da poupança equivale a 70% da Selic. A aplicação é isenta do IR (Imposto de Renda).

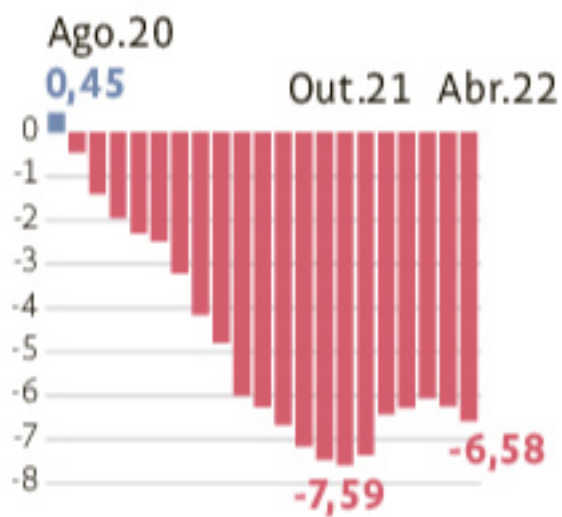
"Quanto mais sobe a Selic, mais a poupança fica distante de compensar sequer a **inflação**, quanto mais comparado com outros investimentos em renda fixa que também são seguros, como o Tesouro Direto e as LCAs e LCIs, que permitem um ganho muito maior", diz Andrew Storfer, diretor de economia da Anefac (Associação Nacional dos Executivos de Finanças).

Site:

<https://acervo.folha.com.br/digital/leitor.do?numero=49920&anchor=6456408&pd=978042f5f0111099d62280283f046660>

Rentabilidade real da poupança em 12 meses

Em %



Fonte: Economatica

A política como calcanhar de aquiles (Editorial)



Para o bem ou para o mal, num futuro próximo o destino da América Latina está atrelado à exportação de commodities.

Historicamente, os ciclos de demanda global por bens primários foram chave para o crescimento da região. Mas a alta dependência das commodities também a deixa mais vulnerável às oscilações de preços.

O superciclo iniciado em 2004 trouxe uma era de abundância, marcada pelo declínio da pobreza e melhoras nos indicadores de saúde. No Brasil, durante a gestão petista, foram distribuídos subsídios e créditos que aumentaram o consumo da classe média. Mas perdeu-se a oportunidade de promover reformas modernizantes do Estado e investir em instrumentos elementares para o crescimento sustentável, como educação, infraestrutura e diversificação econômica.

O fim do ciclo, em 2014, combinado ao descalabro fiscal da gestão Dilma Rousseff, forçou a concertação de alguns ajustes, como reformas e consolidações fiscais. Quando os frutos mal começavam a ser colhidos, veio o impacto da guerra comercial entre China e EUA, seguida pela pandemia.

Agora, a guerra na Ucrânia impulsionou uma alta nos preços das commodities que já começara em 2021. Será essa uma nova oportunidade de crescimento?

A questão foi abordada em um estudo da Economist Intelligence Unit (EIU).

As projeções indicam que a alta deve perdurar, ainda que não com a mesma intensidade, por mais alguns anos. Mas as condições são bem diferentes do último ciclo. Antes de tudo, a economia global está mais fragilizada. No início dos anos 2000, a política monetária das grandes economias estava mais flexível. Hoje, a **inflação** generalizada, especialmente alta nos EUA, aponta para um período de restrições. A economia da China, o grande motor do último boom, patina em meio às pressões da política de "covid zero".

Para avaliar os países latino-americanos mais bem preparados para enfrentar esses desafios, a EIU modelou uma avaliação baseada em sete critérios: **inflação**, dívida pública, pagamentos de juros pelo setor público na proporção da receita, contas correntes, dependência das commodities e riscos políticos e regulatórios.

O posicionamento do Brasil é medíocre, na 13.^a colocação. Numa escala de gravidade de 1 a 5, a melhor nota, 2, é na conta corrente do balanço de pagamentos.

A alta nas commodities trará uma lufada de lucros e algum alívio fiscal, com uma janela de oportunidades para mais investimentos, empregos e consumo.

Mas essas oportunidades são contrapesadas pelas pressões inflacionárias particularmente altas, que exigem políticas monetárias agressivas.

Como disse ao Valor a diretora da EIU para a região, Fiona Mackie, o nível elevado da dívida pública impõe ao governo duas opções. Uma seria manter as metas fiscais, mas isso arriscaria uma queda no crescimento econômico, aumentando a agitação pública em ano eleitoral.

Por outro lado, ele pode avançar com medidas de apoio fiscal à renda dos consumidores corroída pela **inflação**.

Mas isso abalaria ainda mais a credibilidade fiscal junto ao mercado.

O dilema expõe aquele que, segundo Mackie, é o calcanhar de aquiles do Brasil: a política.

Se a economia nacional se encontra nessa situação, é porque o governo, antes de promover as reformas que teriam reduzido o "custo Brasil" e garantido as condições para um crescimento sustentável, se entregou de braços abertos aos tráficos fisiológicos da "velha política".

Um Congresso fragmentado, um orçamento engessado e loteado e um ambiente político polarizado deixam ao País poucos recursos para controlar a **inflação** e a dívida.

As eleições são uma chance de injetar sangue novo nas políticas econômicas.

Contudo, as frustrações com a desigualdade ou a corrupção, exacerbadas pela pandemia, abastecem, paradoxalmente, as mesmas aventuras populistas que tanto agravaram essas mazelas e perturbam o ambiente de negócios. A menos que as intenções de voto apontadas nas pesquisas sejam revertidas, a probabilidade é que, ao contrário do que aconteceu no último ciclo das commodities, este novo ciclo seja desperdiçado antes mesmo de trazer qualquer proveito.

Site: <http://digital.estadao.com.br/o-estado-de-s-paulo>

Guerra afeta comércio de alimentos, diz FMI



ARAMIS MERKI II

Desde o início da guerra entre Rússia e Ucrânia, cerca de 30 países restringiram o comércio de alimentos, energia e outras commodities, aponta monitoramento do Fundo Monetário Internacional (FMI). O momento atual é descrito como o maior teste para a economia global desde a Segunda Guerra, com o conflito no Leste Europeu sendo mais um componente na crise gerada pela pandemia de covid-19.

O FMI destaca que apenas a cooperação internacional será capaz de atenuar problemas globais como "a escassez de alimentos, eliminar as barreiras ao crescimento e salvar o clima".

O texto é assinado pela diretora-gerente do Fundo, Kristalina Georgieva; Gipa Gopinath, vice-diretora-gerente; e Ceyla Pazarbasioglu, diretora de estratégia, política e revisão.

"Custos de uma maior desintegração econômica seriam enormes entre os países", de acordo com o Fundo. Para economias avançadas, a fragmentação traria mais **inflação**, e a produtividade seria prejudicada com o rompimento de parcerias com outras nações. O FMI estima que apenas a fragmentação tecnológica pode levar a perdas de 5% do **PIB** para muitos países.

Para os países em desenvolvimento, as exportações seriam dificultadas por uma reconfiguração nas

cadeias de suprimentos e pelas barreiras a novos investimentos. O texto aponta ainda para novos custos de transações, que surgiriam se os países tivessem que desenvolver sistemas de pagamento independentes. A alternativa para não se render à fragmentação geoeconômica é reformular a forma de cooperação entre as economias, indicam as diretoras do FMI.

SEM BARREIRAS. Como primeiro passo para esta renovação, estaria a necessidade de fortalecer o comércio para aumentar a resiliência do sistema global.

A redução de barreiras comerciais aliviaria a escassez e baixaria o preço dos alimentos, indica o Fundo, alertando que não só países, mas empresas também precisam diversificar suas exportações.

Além disso, outra prioridade seria intensificar os esforços conjuntos para lidar com a dívida de países. "Com cerca de 60% dos países de baixa renda com vulnerabilidades significativas, alguns precisarão de reestruturação da dívida." Em terceiro lugar, a modernização dos pagamentos internacionais é colocada como forma de garantir o crescimento.

Uma possível solução, indica o FMI, seria o esforço para desenvolver uma plataforma digital pública de infraestrutura para pagamentos - inclusive conectando os sistemas com as moedas digitais emitidas por bancos centrais (CBDCs, na sigla em inglês).

O artigo encerra recomendando o enfrentamento das mudanças climáticas, classificadas como "desafio existencial que está acima de tudo". A diferença entre os compromissos firmados e a adoção de políticas precisa ser reduzida, apontam as autoras, que defendem formas de precificar a emissão de carbono combinadas com investimentos em energias renováveis e compensação aos mais afetados pelas mudanças climáticas.

Site: <http://digital.estadao.com.br/o-estado-de-s-paulo>

"Ameaças prejudicam ações da Petrobras"



DANIEL ROCHA

Os preços das ações da Petrobras deveriam estar em patamares ainda maiores na Bolsa se não fossem as polêmicas de governança envolvendo a insatisfação do presidente Jair Bolsonaro com a alta do preço dos combustíveis.

A avaliação é do economista Gustavo Loyola, expresidente do Banco Central (BC) e sócio da Tendências Consultoria Integrada.

Loyola diz que as ameaças do Planalto contra a empresa impedem os ganhos dos papéis e aumentam a percepção de risco dos investidores. Nesta entrevista, ele também fala sobre o atual movimento na Bolsa e dos possíveis riscos do mercado de criptomoedas.

Leia os principais trechos: O Banco Central aumentou em um ponto porcentual a taxa Selic. Até quando vamos lidar com este ciclo de juros mais altos?

O Banco Central reage aos fatos que vão acontecendo. Estamos em um período de grandes incertezas de origem externa e doméstica. Visto o panorama atual, acredito que a alta dos juros deve prosseguir por algum tempo. É muito provável que a taxa de juros chegue a 14,25% ou 14,5% ao ano para segurar a meta de **inflação** para 2023. Neste ano a batalha parece estar perdida neste sentido.

Em relação à Petrobras, vê o novo presidente José Mauro Ferreira Coelho com autonomia?

Acho que ele tem espaço para autonomia mesmo com os episódios anteriores em relação às intervenções desastrosas do presidente da República. Estou confiante que o atual presidente da Petrobras não vai ceder a esse tipo de tentação populista que a gente está vendo porque isso seria um desastre para o País e para a reputação dele como profissional.

Há rumores de que Ferreira Coelho possa ser demitido.

Isso afetaria as ações?

Seria mais uma demonstração de interferência na gestão da companhia. Isso evidentemente não é algo que agrada aos investidores. Essas ameaças prejudicam as ações da companhia enquanto não houver a percepção de que esses riscos ficam apenas nessa verborragia contrária à Petrobras.

O Ibovespa encerrou abril em queda de 10%, pior resultado desde março de 2020.

Qual a explicação para esse tombo?

Acho que tem fatores de natureza externa ao País. A renda variável sofreu no mundo inteiro e isso tem a ver com a **inflação**, juros altos e as incertezas das cadeias de fornecimento.

Nas últimas semanas, tivemos um endurecimento da linguagem do Federal Reserve (Fed) para um ciclo monetário mais forte do que se imaginava.

Foi a parte mais relevante porque, de alguma forma, freou as expectativas, principalmente das ações com projeções muito grandes de crescimento. Esses ativos sentiram bastante.

Podemos esperar novas quedas neste segundo trimestre?

É possível, mas vai depender muito do contexto da economia global e da **inflação**.

Grande parte desse ajuste já foi feito. Diria que ainda não há um cenário firme para a recuperação da Bolsa ao longo do ano. O ingresso de capital no Brasil e a valorização do real foram praticamente explicados porque o País passou a ser visto como um bom

investimento por causa das commodities e pelo desvio do fluxo de capitais em virtude da guerra do Leste Europeu.

Mas a mudança em relação à China (com as restrições da pandemia) e a percepção de uma política monetária mais apertada nos Estados Unidos explicam porque os fluxos não voltaram (no mês de abril). E obviamente porque os investidores entraram e já colheram os benefícios dos preços mais baratos das ações.

A criptomoedas podem ser a causa para uma nova crise do sistema financeiro global?

Quando você tem um sistema financeiro paralelo e não claramente transparente para os investidores e reguladores, há o risco de que esse sistema crie problemas que possam se transmitir para o sistema financeiro tradicional. É por isso que você precisa de uma regulação para identificar os riscos. Não pode atuar somente no sistema financeiro formal.

O BC selecionou alguns projetos de inovação tecnológica.

Essa iniciativa mostra a necessidade de inovar para não perder espaço para o mercado de criptoativos?

Sem dúvida. A inovação é algo inerente aos mercados e à economia. Eu acho que nenhum regulador pode inibir a inovação. O que ocorre é que os reguladores precisam proteger o sistema bancário em relação aos riscos.

Eu vejo o Banco Central brasileiro incentivando a inovação, mas debaixo das suas "asas" sem perder a capacidade de monitorar o que está acontecendo e adotar uma regulação proporcional aos riscos. Então, de um modo geral, acho que a atuação do BC está correta.

Site: <http://digital.estadao.com.br/o-estado-de-s-paulo>

A cada 30 horas, 1 milhão de pobres e um bilionário

MARCELO MOTA

Veja a matéria no site de origem:

<https://infoglobo.pressreader.com/o-globo>

Site: <https://infoglobo.pressreader.com/o-globo>

Era de 30 anos de globalização está chegando ao fim, alertam CEOs em Davos

*Por Kaye Wiggins, Antoine Gara e Jamie Smyth -
Financial Times, de Nova York e Cambridge
(Massachusetts)*

Veja a matéria no site de origem:

https://www.valor.com.br/virador/?valor_pro=1#/edition/187224

Site:

https://www.valor.com.br/virador/?valor_pro=1#/edition/187224